

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

Curso de Pedagogia

Luciana Nascimento Fontes

**PRIMEIRA INFÂNCIA E A NATUREZA:
COMO REDEFINIR OS ESPAÇOS DA ESCOLA**

São Paulo

2023

Luciana Nascimento Fontes

**PRIMEIRA INFÂNCIA E A NATUREZA:
COMO REDEFINIR OS ESPAÇOS DA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo, orientado pela Profa. Dra. Wanusa Rodrigues da Silva como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga.

São Paulo

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Pe. Inocente Radrizzani

Fontes, Luciana Nascimento

Primeira infância e a natureza: como redefinir os espaços da escola /
Luciana Nascimento Fontes. -- São Paulo: Centro Universitário São
Camilo, 2023.

30 p.

Orientação de Wanusa Rodrigues da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (Graduação), Centro
Universitário São Camilo, 2023.

1. Crianças 2. Educação infantil 3. Natureza 4. Primeira infância 5.
Recreação I. Silva, Wanusa Rodrigues da II. Centro Universitário São
Camilo III. Título

CDD: 372.21

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela minha vida.

Ao meu esposo Julio, pela parceria, cooperação, incentivo e pela presença nos momentos mais críticos.

Aos meus filhos, Emilly e Guilherme, toda inspiração necessária, por serem meus primeiros alunos e permitirem colocar em prática as teorias aprendidas.

Ao Centro Universitário São Camilo, pela oportunidade de cursar o Ensino Superior e por toda a oportunidade de crescimento e aprendizado.

À minha orientadora Professora Wanusa, pela paciência e por me mostrar o caminho a trilhar durante minha produção acadêmica.

Às professoras Camila, Dalva, Eleandra, Elisa, Jeane e Rita, que ao longo dos semestres, contribuíram de forma excepcional para o meu aprendizado e conhecimento.

Aos meus colegas de turma, pela caminhada.

As crianças, quando estão bem cuidadas, são sementes de paz e esperança. Não existe ser humano mais perfeito, mais justo, mais solidário e sem preconceitos que as crianças.

Zilda Arns Neumann

FONTES, L. N. **Primeira infância e a Natureza: como redefinir os espaços da escola**. 2023. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2023.

Este trabalho de conclusão de curso sobre a “Primeira Infância e Natureza: Como redefinir os espaços da escola” tem por objetivo voltar a atenção para a fase de descobertas e a importância de brincar com e na natureza. A vivência na escola, precisa ser feita de modo que o aprendizado seja significativo e levado para toda a vida. Como base para este trabalho, foram usados alguns nomes de grande importância na educação, como Pestalozzi, John Dewey, entre outros, além de autores e entidades que defendem o aprendizado com e na natureza, como o Instituto Alana. A metodologia utilizada neste trabalho é a consulta de pesquisas bibliográficas, levantamento de referências em sites da internet, livros, e-books, artigos de revistas, consultas da legislação e documentos normativos nos sites oficiais. Esta pesquisa se propõe a defender o quão importante pode ser para o desenvolvimento integral da criança se os espaços escolares forem redefinidos a fim de abrirem não apenas as janelas, mas as portas do mundo do lado de fora da escola. Pode-se observar que uma escola que tem os ambientes planejados e organizados pode promover o pleno desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Primeira Infância, Natureza, Educação Infantil, Criança, Brincar.

SUMÁRIO

1. Introdução	p. 07
2. Primeira Infância e a Natureza	p. 10
2.1. Os benefícios do brincar livre	p. 14
2.2. Brincadeira e brinquedo	p. 15
3. Redefinir os espaços da escola	p. 18
3.1. O espaço urbano das cidades	p. 21
3.2. O risco das novas tecnologias	p. 22
4. Legislação e Propostas pedagógicas	p. 24
Considerações Finais	p. 27
Referências	p. 28

1. Introdução

A escolha do tema Primeira Infância e a Natureza, nasceu das minhas lembranças: quintal com muito verde, liberdade de brincar na rua de terra. Da Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI, de brincar na areia, correr e cair. Da visita ao sítio, as águas do riozinho, de ouvir o canto dos pássaros e dos insetos, mas também o silêncio. E a noite, um céu cheio de estrelas.

Assim, essa pesquisa objetiva identificar como a primeira infância e a natureza podem estar diretamente relacionadas com o desenvolvimento da criança, com a forma que se relaciona com o mundo e amplia seus horizontes através das descobertas. Analisar como os espaços verdes da escola, em conjunto com as propostas pedagógicas, podem potencializar o aprendizado além das paredes e muros da escola. Segundo o programa “Criança e Natureza” do Instituto Alana¹ (2018), essa é uma forma de permitir vivências escolares fora da sala de aula, estimulando sempre o contato com a natureza na infância.

A pesquisa se propõe a refletir sobre como a primeira infância está vinculada à formação integral do ser humano em cada um de seus aspectos: intelectual, emocional, social, espiritual e físico. Desta forma, entender como o convívio com a natureza pode criar vínculos, promover o movimento do corpo, gerar bons sentimentos e perceber a contradição entre o natural e o urbano. Pensar na escola, como um espaço facilitador para a mobilização dos alunos, com ações que vão despertar o sentimento de empatia, de cuidar do outro e da natureza. É no espaço escolar que vai se criar as relações entre o seu mundo e as pessoas que passam a fazer parte dele. Essa relação de proximidade, vai ajudá-las a explorar esses espaços com mais liberdade, segurança e curiosidade, influenciando positivamente no seu processo de aprendizagem.

Segundo Westbrook e Teixeira (2010), para John Dewey, filósofo e defensor do pragmatismo norte-americano, “a criança não chega à escola como uma lousa limpa, na qual os professores podem escrever as lições sobre a civilização”. O que se pode observar, na verdade, é algo bem diferente disso: elas chegam à escola muito ativas e

¹ O Instituto Alana (<https://alana.org.br/>) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que investe em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Foi criado em 1994, possui projetos próprios e tem como missão “honrar a criança”. O Projeto Criança e Natureza, por exemplo, tem como objetivo criar condições favoráveis para que crianças, em especial as que estão inseridas em contextos urbanos, cresçam e se desenvolvam em contato direto com ambientes naturais.

cheias de vivências, e os educadores podem aproveitar e orientar as atividades que possam dar continuidade nesse processo de aprendizagem.

Para Teixeira (1975), Dewey define a educação como processo de reconstrução e reorganização da experiência, é “fenômeno direto da vida, tão inelutável como a própria vida”. Sobre esta definição, as crianças não aprendem e vivem em momentos diferentes, elas vivem e aprendem, a todo momento, a vida, a experiência e a aprendizagem são indissolúveis.

De acordo com Cambi (1999), o pensamento de Dewey deve existir uma interação ativa entre os sujeitos e a natureza para a transformação de ambos. Esta interação permite comparar o modelo tradicional com o modelo escolar redefinido como ambiente de estudos e pesquisas, convidativo às descobertas e destacar os benefícios físicos, cognitivos, psicológicos e sociais que a vivência com a natureza pode trazer às crianças.

A questão que este trabalho busca responder é como redefinir os espaços para uso positivo das áreas verdes, extrapolando as paredes da escola para vivências mais significativas. Estudos feitos nos Estados Unidos pelo AIR - American Institutes for Research (2005), apontam que as escolas que oferecem oportunidades de aprendizado fora da sala de aula tiveram grande melhora no aproveitamento dos alunos em diferentes áreas do conhecimento. Em contrapartida, o uso prolongado de novas tecnologias pode trazer riscos às crianças, segundo Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (2019-2021).

A metodologia utilizada é a consulta de pesquisas bibliográficas, levantamento de referências em sites da internet, livros, e-books, artigos de revistas, consultas da legislação e documentos normativos nos sites oficiais.

No primeiro capítulo, **Primeira Infância e a Natureza**, está a descrição da fase que precisa ser vivida de forma intensa. Estão os benefícios do brincar livre, a brincadeira e o brinquedo, essenciais para uma infância feliz e que precisam constar no planejamento. As contribuições para a educação feitas por Pestalozzi, John Dewey, Lev Vygotsky, Emmi Pikler e de Loris Malaguzzi.

No segundo capítulo, **Redefinir os espaços da escola**, estão as oportunidades de vivências naturais, onde a criança possa se sentir acolhida no espaço escolar. Como o espaço urbano e as novas tecnologias podem afetar diretamente a saúde e o desenvolvimento. Neste capítulo, está a descrito a importância da educação para uma

mudança de hábitos, pautada no diálogo e nas intervenções nos processos de aprendizagem.

E por último, no terceiro capítulo, está descrito um pouco da **Legislação e das Propostas pedagógicas**, para que a escola possa planejar e redefinir seus espaços, fazendo valer o direito à educação de todos e todas.

2. Primeira Infância e a Natureza

A Primeira Infância, de acordo com o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016 (BRASIL, 2016), “compreende a fase dos 0 aos 6 anos e é um período crucial no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais”, e com base nessa referência, é possível pensar na primeira infância como a fase de acontecimentos marcantes para o desenvolvimento humano.

Durante a Idade Média, não havia o sentimento de infância. A criança era vista como um mini adulto e compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa, não havia fases do desenvolvimento, iam da infância para a vida adulta. “A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÈS, 1986).

Com a Idade Moderna, surgiu a preocupação de perceber que seu modo de vestir, de aprender, sua estrutura física e sua linguagem eram diferentes do adulto. Por outro lado, o interesse econômico ou comercial começava a retratar os processos refletidos em uma família moderna. Segundo Ariès (1986), a preocupação com as crianças inspirou novos sentimentos, estava sendo instituída a família tradicional, a questão moral então, fazia com que os pais se preocupassem com todos os filhos, incluindo as filhas, preparando-os para a vida.

Mas tirar a criança do meio dos adultos não resolveu os problemas dela, pois passaria a enfrentar o enclausuramento, as punições e os castigos. Segundo o autor, “a escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato”.

Para Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) educador suíço, a criança começa a aprender desde que nasce e a infância não era um período inválido à espera da vida adulta apenas (RIZZO, 1989). Segundo a autora, Pestalozzi tinha em sua metodologia o contato com a natureza, a experimentação de métodos a fim de dirigir os incentivos ao crescimento das crianças, de forma que elas interagissem com os objetos e não apenas ouvissem falar deles. O processo de aprendizagem deve ser na vivência das experiências, onde o mais importante não era o conteúdo, mas desenvolver a capacidade de perceber, observar e investigar.

Outro importante nome na educação infantil, é o alemão Friedrich Froebel (1782-1852), diretamente inspirado e influenciado por Pestalozzi, foi o criador dos “jardins de infância”, nome outrora dado às escolas dedicadas ao ensino pré-escolar. Quando fundou o primeiro jardim de infância em 1873, ele pretendia criar um espaço onde as crianças pudessem ser livres para aprender sobre si e sobre o mundo, manuseando objetos e participando ativamente de atividades lúdicas. Para Rizzo (1989), esse princípio segue incontestável e pode orientar a organização de atividades para crianças da primeira infância.

Apenas no século XX, a infância passa a ser reconhecida. A criança deixa de ser desprezada e vira o centro das atenções. Passam a ser vistas como sujeitos de direitos, produtoras de cultura, capazes de agir, interagir e de atribuir sentido às suas ações. Sendo assim, é possível verificar que a criança recebe influência do meio onde está inserida, interagindo com as pessoas e objetos, ou seja, ela é capaz de produzir, criar e recriar culturas.

Pensar em trabalhar com crianças pequenas exige a apropriação de saberes necessários, uma integração de vários campos de conhecimentos para criar espaços e momentos de aprendizagem. Segundo a psicóloga e doutora em psicologia infantil Anna Tardos (2016), filha de Emmi Pikler, sua experiência com bebês e crianças pequenas chama a atenção para “a importância das mãos do adulto, do toque suave, do tom de voz, do diálogo corporal e da comunicação emocional com a criança.

Emmi Pikler, médica pediatra, cujas suas ideias circulavam na Europa nas décadas iniciais do século XX, pois se aproximaram do pensamento e das teorias progressistas no campo da pedagogia, da psicologia e da psicanálise. Sua teoria, conhecida como “abordagem Pikler” trata como as interações são importantes na construção da identidade dos bebês e crianças pequenas, pois por meio delas se estabelecem as relações com o outro (adulto ou criança) com o ambiente e com os objetos. Perceber essa relação é importante na organização do espaço, dos materiais e das brincadeiras que permitam que as crianças explorem e se desenvolvam.

Criador de teorias pedagógicas progressistas e crítico dos moldes tradicionais, onde se esperava da criança “que recebesse, que aceitasse, que cumprisse seu papel quando se mostrasse dócil e disciplinada”. A escola na visão John Dewey (1859 -1952) filósofo e pedagogo norte-americano, deveria se articular através da conciliação entre a teoria, os conteúdos escolares e a prática, as experiências devidamente orientadas

para ações que estejam inseridas nos seus contextos. Desta maneira, a pedagogia de Dewey era uma tarefa extremamente difícil dos professores, a de “reincorporar os temas de estudo na experiência”. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010).

Seu ideal era que a educação fosse para a democracia, onde a escola fosse um lugar de vida para a criança, tornando-se membro dessa instituição, criando consciência do sentimento de pertencimento, contribuindo para esta sociedade que estava inserida. Para ele a criança é portadora de uma cultura, inserida em um processo histórico e político. (WESTBROOK, TEIXEIRA, 2010). A partir disso, a escola poderia criar ambientes que possibilite a descoberta e a pesquisa, assim como melhor organização dos espaços para criação de experiências.

Como não poderia deixar de ser, a educação infantil foi também o objeto de estudo do professor Loris Malaguzzi (1920-1994). Inspirado nos ideais de Dewey, foi o iniciador da metodologia aplicada em Reggio Emilia, cidade da Itália e uma das melhores escolas de educação infantil do mundo. Seu projeto futurista valoriza a organização dos espaços, o trabalho colaborativo entre a equipe de profissionais e a participação ativa dos pais. Em sua proposta pedagógica, as crianças são encorajadas a explorar o ambiente, os espaços são voltados para as aprendizagens, possibilitando as crianças se desenvolverem nas mais diversas linguagens. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN.1992).

Pensando quando a criança chega na escola, o olhar da escola aos seus conhecimentos é muito importante, pois os bebês e as crianças pequenas são ativas e tem seus próprios repertórios. Segundo Silva (2018), para Lev Vygotsky (1896-1934), psicólogo russo, a interação social está envolvida no desenvolvimento da cognição e contribui de forma relevante para seu desenvolvimento e aprendizagem. O propósito da Educação Infantil preparar indivíduos e inseri-los na sociedade, para que possam participar e agir nas mudanças e nas transformações do contexto em que vive. E para gerar bons cidadãos, que o convívio com e na natureza é fundamental.

As ideias de Froebel foram introduzidas no Brasil, por três educadores famosos: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e no âmbito da educação pré-escolar, Heloisa Marinho, os três lutaram pela implementação da escola primária no Brasil. Assim, Dewey influenciou essas importantes figuras, sendo os principais responsáveis pela introdução da Escola Nova no Brasil. Lourenço Filho foi um dos diretores do Instituto de Educação

do Rio de Janeiro e a psicóloga Heloisa Marinho foi reconhecida por seus valiosos trabalhos a respeito da Educação Infantil. (RIZZO, 1989).

Os anos de 1935 a 1938 foram marcados no cenário cultural nacional e deixou um legado para repensar a educação infantil. Os parques infantis, verdadeiros exemplos da concepção de educação integral, coautoria de Mário de Andrade quando esteve à frente do Departamento de Cultura do município de São Paulo. Os parques foram criados principalmente por causa dos operários paulistanos, que precisavam trabalhar e, conseqüentemente, não tinham onde deixar seus filhos. Essa relação firmada no respeito à criança, com idade de três a doze anos, em oferecer assistência à educação e à cultura, assegurou durante anos um lugar seguro que funcionava em tempo integral, participando de atividades diversas como esporte, canto, alimentação, assistência médico e odontológica.

Com o crescimento da população nos bairros periféricos da cidade e a falta de escolas para atender essa demanda, na década de 1940, fez com que a prefeitura municipal implantasse modelos mais simples, como os Recantos Infantis e, posteriormente, os Recreios Infantis, descaracterizando a proposta inicial dos Parques Infantis. (NIEMEYER, 2002 apud SÃO PAULO, 2015). Com várias medidas adotadas, entre elas não admitir crianças acima de sete anos de idade, prédios de dois pavimentos, mudança no perfil das educadoras com a contratação de professoras, o que era para ser um lugar predominantemente cultural e recreativo, transformou-se em uma escola preparatória para o ensino primário. A partir da década de 1975, os parques, recantos e recreios passaram a ser definidos como Escola Municipal de Educação Infantil, as EMEIs. (NIEMEYER, 2002 apud SÃO PAULO, 2015).

A exemplo deles, o Parque Infantil Gabriel Prestes, passou a ser EMEI Gabriel Prestes na rua da Consolação, que tem sofrido muito com as interferências políticas durante os anos, desde seu fechamento durante um ano e a destruição de sua documentação histórica, conforme seu Projeto Político Pedagógico:

No ano de 2000, a escola foi fechada por um ano, pois o prédio foi entregue à Universidade Presbiteriana Mackenzie, sendo toda a documentação e o histórico da unidade esfacelados. Em 2001, o prédio retornou ao patrimônio público e a escola foi reaberta à comunidade local. (São Paulo, 2009 a 2014).

Neste sentido, ainda há a experiência pioneira e inspiradora da Escola Parque, em Salvador, ou do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, umas das muitas realizações de Anísio Teixeira e que alcançou muita repercussão no Brasil e reconhecimento em diversos países.

A natureza, por sua vez, é a força que ninguém consegue controlar, podendo apenas prevê-la. É entendida como aquela que pode ser encontrada numa ampla diversidade de ambientes, construídos e não construídos, especialmente aqueles a céu aberto, compostos por elementos naturais como pedras, chão de terra, água, mar, rios, plantas, árvores, insetos, pássaros e todas as formas de vida e espaço céu, estrelas, sol, lua, horizontes. (INSTITUTO ALANA, 2018).

A natureza precisa ser compreendida como algo que está muito perto, como os jardins, parques, praças e as árvores que estão nas calçadas das vias públicas e também aquela natureza que compõem as grandes florestas e as reservas ecológicas, que tem pouca ação humana causando interferências.

2.1. Os benefícios do brincar livre

Quando uma criança aprende a andar, ela precisa também aprender a cair. Na interação com o ambiente, ela anda descalça em superfícies diferentes e isso a ajuda a desenvolver mais habilidades quanto à coordenação motora e ao equilíbrio. De acordo com o Instituto Alana (2018), para que uma criança tenha uma infância cheia de lembranças, é preciso deixá-la brincar livremente na natureza, pois o contato saudável com microrganismos tornará seu sistema imunológico mais resistente.

Alguns benefícios de brincar livre na natureza, apontados pelo Programa “Criança e Natureza” do Instituto Alana (2018) e pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), podem ser observados em pouco tempo: melhora a convivência com a família e com os colegas, pois se tornam mais empáticas, diminuindo momentos de conflitos e violência.

Segundo Gilda Rizzo (1989), é preciso dar à criança, a liberdade das vivências com e na natureza:

A criança precisa ter liberdade para correr, subir em árvores, rolar no chão, dar cambalhotas, pendurar-se de cabeça para baixo, tocar nos objetos, enfim, movimentar-se com autonomia, sob comando do seu

pensamento, para perceber novas informações e acomodá-las às que já possui. (RIZZO, 1989, p.75-76).

A escola precisa compreender os benefícios da aprendizagem ao ar livre para o desenvolvimento integral das crianças, estar alinhadas à legislação que garante o direito da criança e assim, planejar e realizar práticas educativas com e na natureza. Para isso, é preciso romper com a ideia de que só se aprende dentro da sala de aula, mesmo que tudo ao redor esteja organizado para o aprendizado. A criança tem a necessidade de se movimentar, é preciso constatar sua postura ativa e investigativa, e que está pronta a desvendar o mundo ao seu redor, optando, sempre, pelos espaços externos para suas experiências brincantes na escola.

Segundo Tiriba, em *Desemparedamento da Infância* (2018), “as crianças têm verdadeiro fascínio pelos espaços externos porque eles são o lugar da liberdade”. Nos espaços livres, não há controle dos movimentos, a fruição nesse momento garante um desenvolvimento integral para uma infância saudável: imunidade, pelo contato com microrganismos na terra, reduz a irritabilidade e a ansiedade da separação dos pais, pois os sons da natureza são relaxantes, pois não tem interferência humana.

Os benefícios são além da educação infantil. São memórias para a vida toda. Por isso, é importante cuidar das crianças, garantindo a elas a proximidade com a natureza, pois somos parte dela. Oportunizar esse “retorno” ao mundo natural é garantir a preservação da vida no planeta, uma vez que a lembrança afetiva sempre estará presente na proteção e preservação ao ver uma árvore, uma praia, um animal.

2.2. Brincadeira e brinquedo

Ao brincar na natureza, a criança inventa e reinventa seus brinquedos e brincadeiras a partir de suas percepções, pois seu campo cognitivo se abre às novas possibilidades. Na educação infantil, há uma intencionalidade pedagógica que segue, até os dias atuais, as teorias sobre educação de Froebel. As crianças não estão na escola para serem alfabetizadas, mas todas as atividades são intencionalmente voltadas para as experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem, assim, os materiais e os espaços estão preparados para que desenvolvam habilidades, de forma natural, enquanto fazem descobertas e brincam. (RIZZO, 1989).

O brincar é um dos principais eixos do currículo da Educação infantil, sendo a brincadeira o momento de troca de aprendizagens, uso da imaginação, onde as crianças relacionam suas culturas infantis e produzem outras, ou seja, a brincadeira é inclusiva, não há um jeito certo de brincar, cada um com as suas diferenças e possibilidades, começam a estabelecer parcerias e aprendem regras de convivência. No livro *A Sociologia da Infância*, as autoras descrevem como as crianças desenvolvem suas culturas:

O imaginário e o simbólico se desenvolvem nas culturas da infância, ou seja, é a relação da criança com o mundo. Sob esse olhar, as crianças produzem suas culturas brincando, nas suas interações e, ao fazerem isso, elas aprendem. Essa aprendizagem acontece de forma lúdica, com naturalidade e no seu devido tempo. (CARVALHO; ADEGAS; SILVA; BROSTOLIN, 2022, p. 24).

E é principalmente na escola, um ambiente pensado para criação e preservação das culturas de brinquedos e brincadeiras, que acontecerão as vivências. Cabe aos educadores, entender que a brincadeira se configura como um momento agradável e indispensável à vida das crianças. A criança tem o direito de brincar com outras crianças, com adultos, de diferentes maneiras e quando se relacionam com a natureza ao ar livre, criam regras, constroem, desconstroem, formam uma nova percepção das coisas, distinguindo diferentes formas, cores, texturas, cheiros entre outros estímulos.

O Currículo Integrador da Infância Paulistana (SÃO PAULO, 2015), destaca a importância de se respeitar as crianças, suas potencialidades e suas culturas infantis.

As potencialidades de bebês e crianças se manifestam diariamente nas formas de expressão [as culturas infantis] construídas por bebês e crianças nos diferentes cenários da cidade. Nesse sentido, bebês e crianças não são apenas reprodutores da cultura construída pelos adultos, mas também autores de formas próprias de expressão que manifestam de forma autoral e criativa sua forma de ver, estar e entender o mundo. (SÃO PAULO, 2015, p. 11)

Pensando em Infância e Natureza, a criança brinca com os brinquedos convencionais, mas a escola precisa disponibilizar brinquedos não estruturados, ou seja, aqueles que os próprios educadores e as crianças podem criar a partir de materiais da natureza (plantas, sementes, folhas secas, gravetos) e os recicláveis, como sucata, estimulando a imaginação e o faz de conta. No brinquedo, o pensamento das crianças (principalmente as da educação infantil), está separado dos objetos e a

ação surge das ideias e não das coisas: um pedaço de torna-se um boneco e um graveto ou galho de árvore, vira uma vassoura ou torna-se um cavalo. (VYGOSTSKY, 2008). Desta forma, quando os educadores fazem o planejamento das atividades, levando em conta os materiais e utilizam de forma positiva os espaços da escola como ambientes que estimulem as aprendizagens, a escola passa a contribuir para as diferentes vivências e para os novos interesses de conhecimento das crianças.

3. Redefinir os espaços da escola

Pensando na criança e em seu desenvolvimento integral, não é coerente que ela fique horas confinada numa sala, mesmo com toda a organização dos materiais. De acordo com Lóris Malaguzzi (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999), a criança tem cem linguagens, mas, noventa e nove são roubadas pela escola. As crianças se expressam de muitas formas, ou seja, as suas dúvidas, incertezas, convicções e opiniões, utilizando a fala, o gesto, o sorriso, o grito, o choro, danças, desenhos, brincadeiras, faz de conta, entre outras.

Na contramão, algumas escolas carregam as marcas do modelo escolar hegemônico, com o professor como peça central. Esse modelo de educação promove o enquietamento e o silenciamento das crianças que tem curiosidades e necessidades de se movimentar. Para Dewey, o ensino tradicional era uma educação puramente passiva. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010). Ele também afirmava que o ensino deveria ter foco exclusivamente na criança e o principal erro em não centrar o ensino na criança, seria fornecer material de instrução que é apenas da escola, não da vida.

Modelo de educação muito criticado por Paulo Freire (1987), para ele, a educação bancária é o ato de depositar e de transmitir valores e conhecimentos. Segundo o pensamento freireano, não há espaço para escutar das crianças em suas diferentes linguagens, desejos e saberes.

Por isso, a educação precisa ser pensada como um processo contínuo e que pode acontecer em todo lugar e durante toda a vida, não apenas na idade escolar. Esse novo paradigma, conhecido por Educação Integral, considera a criança na centralidade dos processos educativos, cujo principal compromisso são as práticas integradas de formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. (SÃO PAULO, 2019).

Quando a escola redefine seus espaços de forma educativa, está sendo inclusiva para todos, sendo um lugar para trocas de saberes, de convivências e de acolhimento. Precisa considerar o seu entorno, seus espaços, a comunidade, o bairro e toda a cidade. Estar além de seus muros, para que ocorra de fato, as aprendizagens.

O Currículo Integrador da Infância Paulistana (SÃO PAULO, 2015), organiza e define as aprendizagens da educação infantil. O espaço é também educador das crianças e colabora para que elas possam sempre satisfazer os seus desejos de

descoberta, e não é fazer qualquer atividade, mas aquela que a criança realiza com satisfação, desejo, envolvimento e participação.

Nesse sentido, os espaços coletivos de educação constituem contextos privilegiados que possibilitam às bebês experiências de convivência com outros adultos e com outros bebês e crianças. Ouvir histórias, narrativas, poesias, apreciar e criar desenhos, pinturas, modelagens, brincadeiras, danças, sons, músicas, explorar espaços amplos como os parques e outras ações que envolvem um corpo que, na sua integralidade, sente, percebe, pensa, imagina, cria, planeja, investiga, age e se encanta com o mundo e seus diferentes contextos. (SÃO PAULO, 2015, p. 16).

Ampliar essa visão de aprendizado é dar a oportunidade a muitas crianças que passam a maior parte do seu tempo na escola, evitando o empobrecimento de repertório das experiências que elas precisam vivenciar. Sendo assim, todos os espaços da escola podem ser utilizados para o conhecimento, pois sua construção vai muito além do aprendizado em sala de aula. Os jardins, as pequenas hortas, os pátios, os parques, as quadras, enfim, podem ser salas de aulas. Quando esses espaços são ocupados pelas crianças, perceber-se que elas passam a ser responsáveis por eles, pois aprendem a cuidar deste ambiente do qual vivem, criando sentimentos de pertencimento e proteção ao ambiente que estão inseridas.

Segundo Dewey (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010), a vida, a experiência e aprendizagem andam juntas. Enquanto vivemos, estamos aprendendo, experimentando e aprendendo. Para ele, a experiência é o fluxo da exploração e da interação em conjunto com a Natureza.

Para tanto, os espaços da escola precisam deixar de ser apenas elementos físicos e precisam se tornar ambientes educativos, que promovam e facilitem as aprendizagens. Nos CEIs (Centro de Educação Infantil), as paredes, também falam e documentam, são também reveladoras desde o currículo e das relações que se estabelecem. De acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana, na dimensão 5, que trata dos Ambiente Educativos, e que os espaços não são apenas estruturas físicas e neutras. Eles se transformam em espaços de cuidado e onde acontecem as descobertas, são lugares onde as crianças podem viver plenamente as suas infâncias: desenvolver a imaginação, o encantamento e ser feliz.

As múltiplas oportunidades que os espaços oferecem aos bebês e crianças põem em ação as suas potencialidades inventivas, com objetos práticos do dia a dia, materiais encontrados na natureza, materiais não estruturados, uso de espelhos e móveis, sendo essas múltiplas oportunidades, um dos princípios do planejamento/organização dos espaços. (SÃO PAULO, 2016, p. 48)

De acordo com Ana Lucia Villela, cofundadora e presidente do Instituto Alana, “falta tempo e liberdade para interagir com espaços mais amplos e com a natureza”. Em algumas escolas, os pátios são os lugares de socialização, de troca, de convívio, únicos lugares onde as crianças circulam, fazem atividades e brincadeiras. Isso é o efeito da urbanização e do crescimento da população. A escola vai perdendo seus espaços livres quando precisa deles para criar mais salas para atender essa demanda.

O jornalista americano Richard Louv (INSTITUTO ALANA, 2018) descreveu esse comportamento como o termo “transtorno do déficit de natureza”. Segundo o jornalista, o contato com a natureza, mesmo que por pouco tempo, pode reduzir os sintomas desses distúrbios.

Cada escola tem sua organização e constrói seus projetos a partir de sua realidade e de sua clientela e para atingir os objetivos propostos, deve cumprir a legislação, além de trabalhar com gestão democrática e oportunizar formação continuada aos professores. Pensando que o lugar de aprender e viver é também do lado de fora, então, isso deve se aplicar às reuniões e treinamentos, que podem ser realizados num piquenique, nos espaços abertos da escola ou um parque próximo, com segurança e objetividade. Medidas assim, garantem que toda a comunidade escolar esteja de fato envolvida e preocupada com a redefinição dos espaços da escola, e sejam lugares onde as crianças possam viver suas experiências, aprender para a vida e viver para aprender.

Enquanto vivo, eu não me estou, agora, preparando para viver e daqui a pouco, vivendo. Do mesmo modo, eu não estou em um momento preparando para educar-me e, em outro, obtendo o resultado dessa educação. Eu me educo através de minhas experiências vividas inteligentemente. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, pag. 38).

Segundo a ISGA - Aliança Internacional de Espaços Escolares, (INSTITUTO ALANA, 2018) uma organização cuja rede de instituições ao redor do mundo, propõe melhorias para o aprendizado e para as experiências das crianças, através de mudanças nos espaços escolares, como manter os elementos naturais, como terra,

areia e árvores, para experiências práticas, como terrenos de terra, desnivelamento natural para descanso e contemplação de áreas naturais.

3.1 O espaço urbano das cidades

As cidades estão cada vez mais habitadas, urbanizadas e privatizadas. A maioria das edificações e os espaços externos são cobertos e impermeabilizados. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) é que atualmente 55% da população mundial vive em áreas urbanas e que esta proporção aumente para 68% até 2050 (SARAIVA, 2022). No Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 (IBGE, 2015) a maior parte da população 84,72%, vive em áreas urbanas e outros 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Esse percentual apontado na pesquisa é explicado pelo processo migratório da população em busca de melhores oportunidades de trabalho nas últimas décadas.

A falta de planejamento urbano causa inúmeros problemas, pois a ocupação do espaço não incorpora o potencial ecológico dos bairros e principalmente a periferia foi ocupada de forma desordenada, impactando aos mais vulneráveis, incluindo as crianças. Na busca de soluções, é importante uma mobilização das pessoas, quando percebem que a melhoria da condição de vida depende delas também, e em parceria com o Estado, que é o maior responsável pelas políticas públicas, pois se cada um cumprir com sua parte para criar cidades, campos saudáveis e sustentáveis, todos podem ter mais qualidade de vida. (GADOTTI, 2001).

Os efeitos são sentidos na saúde, precárias de saneamento e higiene, na mobilidade e falta de vias pavimentadas e transporte precário, no uso exagerado de eletrônicos e na violência. Bairros com alta vulnerabilidade social, não tem condições para uma infância saudável: famílias desestruturadas em situação de pobreza, alimentação deficiente, contato com pessoas violentas. Crianças que crescem expostas a isso, lidam com conflitos emocionais, cujos efeitos são de longa duração sobre sua saúde e desenvolvimento. Não ter uma moradia com o entorno saudável, rompe os laços de identidade e pertencimento e essa violência prejudica de tal forma, como se fosse um mecanismo de adaptação e defesa. (NCPI, 2014).

A aprendizagem tem início antes de a criança entrar na escola. Enquanto cresce e se desenvolve de forma integral (física, cognitiva e socioemocional), a aprendizagem é fortemente influenciada por todo o meio onde ela se encontra e com o qual interage, ou seja, aprende nos contextos de seus relacionamentos. Assim, quando chegarem na fase adulta, conseguirão compreender as relações sociais de trabalho, de família de convivência social. Uma importante contribuição, é desenvolver a educação comunitária e ambiental, que a educação integral se propõe. O que mostra a sua importância na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento sustentável.

3.2 O risco das novas tecnologias

Quando perdemos a rua e o espaço público como lugar de convivência, precisamos de algo que controle o impulso da criança por movimento e expansão, assim, o uso dos dispositivos digitais ganha força. As famílias mantêm as crianças em casa ou optam por passeios em locais fechados, assim, o convívio social fica restrito a ambientes fechados.

Como não há rua para brincar ou passear, sem quintais, sem os espaços de socialização informal, o efeito desse “emparedamento” é a quantidade de brinquedos e jogos tecnológicos nas casas. (GADOTTI, 2001). É por intermédio do brincar na Primeira Infância, que a criança aprende a explorar sensorialmente os diferentes objetos e a reagir aos estímulos lúdicos, e passa a exercitar com prazer suas habilidades, além de estimular a imaginação e a criatividade. (NCPI, 2014).

O uso de telas em crianças pequenas, pode prejudicar o desenvolvimento das habilidades de linguagem sociais, prejudicando a interação com o meio e na construção de saberes. O brilho e a virtualidade das telas geram um fascínio sensorial, mas que não podem ser tocados. Os atrasos na fala e no desenvolvimento cognitivo, são associados à exposição passiva às telas.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) orienta que crianças menores de dois anos não devem ser expostas às telas e as crianças de dois e cinco anos, apenas uma hora por dia e com a supervisão dos pais ou responsáveis e que precisam exercer a

mediação dos conteúdos. Campanhas, reuniões pedagógicas e políticas públicas são importantes para conscientização do uso de telas.

Para garantir a proteção dos princípios, direitos e deveres para o uso da Internet, foi criado o Marco Civil da Internet, sob Lei 12.965 (BRASIL, 2014), onde os pais podem fiscalizar o ambiente virtual acessado por seus filhos e também a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 13.709 (BRASIL, 2018) que trata das regras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo os das crianças.

4. Legislação e Propostas pedagógicas

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 208º, estabelece ser dever do Estado a garantia da Educação Infantil em creches e pré-escolas. Estão também três artigos que fazem referência à educação integral: o artigo 205º, onde a educação é apresentada como um direito humano promovido e incentivado pela sociedade, o artigo 206º, que cita a gestão democrática do ensino público, fundamental à educação integral e o artigo 227º, que afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, entre outros, o direito à educação.

As Políticas Públicas para a Educação Infantil, que apresentam a criança enquanto sujeito de direitos, sendo fundamentais e pautados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que assegura a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. No artigo 1º, afirma que a educação contempla outros espaços formativos além daqueles escolarizados e o Artigo 2º afirma que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, o que aponta para a ideia do desenvolvimento integral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010), orienta as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

O Plano Nacional de Educação – PNE, determina diretrizes, as metas e as estratégias para a política educacional. Elaborado em 2014, tem um período de dez anos para que as 20 metas sejam alcançadas. Para a Educação Infantil, a meta I, prevê o estímulo a uma educação infantil em tempo integral para todas as crianças de até cinco anos, como já é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, objetiva elevar a qualidade do ensino, prevê os direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos aos estudantes do país, ou seja, todas as escolas, públicas ou privadas, passam a ter os elementos curriculares comuns. A base legal amplia a percepção da criança como sujeito de direitos, que necessita de atenção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

Segundo as DCNEIs, a proposta pedagógica ou projeto pedagógico está diretamente ligado a educação integral. Orienta as ações e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, e é elaborado com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.

As atividades precisam de planejamento, respeitando as crianças como os sujeitos das aprendizagens, em consonância com a Educação Integral (SÃO PAULO, 2019) e para que elas alcancem as crianças em sua totalidade, precisam ter acesso às diferentes interações e os espaços educativos tradicionais deixam de ser considerados como os únicos espaços de aprendizagem. Os espaços externos devem privilegiar o contato com a natureza e os materiais naturais incorporados ao cotidiano.

As interações e a brincadeira, são o eixo das propostas do currículo da Educação Infantil. As práticas devem ter a intencionalidade educativa, onde o educador é o que promove desafios, amplia e diversifica os materiais nos ambientes para que as crianças vivenciem as experiências que, por meio da brincadeira e das interações, vão se desenvolver e construir sua identidade. Levando em consideração o conceito de experiência, segundo Dewey:

Ora, se a vida não é mais que um tecido de experiências de toda sorte, se não podemos viver sem estar constantemente sofrendo e fazendo experiências, é que a vida é toda ela uma longa aprendizagem. Vida, experiência, aprendizagem – não se podem separar. Simultaneamente vivemos, experimentamos e aprendemos. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p.37)

A intencionalidade não é de dar aulas, mas trazer aos ambientes a vida cotidiana e colocar em confronto os diferentes saberes, num momento em que as crianças estão construindo a sua identidade e seu pertencimento ao meio que estão inseridas. Na BNCC, a intencionalidade é descrita:

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BNCC, 2017, p.38)

As propostas pedagógicas devem encorajar as crianças a explorar os ambientes apresentados e poder se expressar nas diferentes linguagens, sentimentos e conhecimentos, numa variedade de forma que vai da brincadeira ao desenho, ao movimento, às artes visuais como foi a proposta de Régio Emilia, direcionada por Loris Malaguzzi (EDWARDS; GANDINI; FORMAN.1992). Ainda, promover o conhecimento de si e do mundo, à curiosidade, a exploração, o acesso as mais variadas manifestações culturais. Para seu desenvolvimento integral, é preciso desenvolver desde a infância, o interesse na preservação do meio ambiente e aos recursos nele encontrados, garantindo assim, que ela conheça e aprecie o lugar onde vive.

Na educação infantil também estão o profundo respeito do educador pelas crianças. Garantir que desenvolvam sua autonomia, reconhecendo suas necessidades básicas e as de segurança afetiva, que esse adulto ajuda na constituição do vínculo. Defendido por Emmi Pikler, o cuidar e o educar nessa fase são fundamentais ao desenvolvimento integral da criança.

O alicerce para que cada criança viva bem no presente e alcance seu potencial pleno no futuro, são as propostas pedagógicas partirem de uma pedagogia democrática e solidária, que esteja afinada com o cotidiano, integrada com a realidade. (FREIRE, 1997 apud GADOTTI, 2001).

Considerações Finais

Esta pesquisa evidenciou que não se trata de demolir todas as salas de aula, mas repensar a escola, como um espaço de descobertas e as áreas externas são cheias de história, de vida e são elementos fundamentais à educação integral.

Mostrou que reconhecer o brincar na Primeira Infância com e na natureza, é dar significado pedagógico aos espaços da escola, reconhecendo-os como parte importante no desenvolvimento intelectual, emocional, social, espiritual e físico.

Ao estudar o pensamento de John Dewey, quando afirma que a escola não deveria obrigar a criança a deveres desnecessários, mas fornecer material para que ela levasse para a vida, ele se referia a educação integral e no modo como o espaço escolar precisa ser pensado no sentido de atender as necessidades humanas e promover seu pleno desenvolvimento. Foi pensando a educação desta forma, que influenciou outros educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Heloisa Marinho. Pautada na legislação, a educação integral revela que as marcas do pensamento de Dewey continuam atuais.

Nos espaços educativos, o brincar é um momento de alegria, mas pedagogicamente, as crianças estão desenvolvendo suas capacidades motoras, psicológicas e sociais. Nesta perspectiva, destaca-se a importância da intencionalidade pedagógica, que permite revelar as características individuais e valorizar o crescimento da personalidade de cada delas.

Por fim, esse estudo evidenciou que o conhecimento só trará sentido à vida, se o aluno participar de forma efetiva do processo de criação, pois, se ele recebe o conhecimento pronto e acabado, será uma relação superficial, sem transformações, sem propósito.

Quando se respeita a criança como sujeito de direitos, ela deixa de ser treinada para participar da significação social dos hábitos que vai associar, como pensava Dewey. Em uma aprendizagem por meio da experiência, a criança ganha novas percepções e a apropria o conhecimento de forma efetiva. A educação será libertadora, como dizia e queria Paulo Freire.

Referências

- AMERICAN INSTITUTES FOR RESEARCH - AIR. *Efeitos dos programas de educação ao ar livre para crianças na Califórnia*. Califórnia, 2005. Disponível em: <https://www.air.org/resource/report/effects-outdoor-education-programs-children-california>. Acesso, outubro, 2022.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. edição. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro. Editora Guanabara S.A. 1986
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: 1996.
- _____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. Brasília: 1996.
- _____. Lei nº 13.005/2014, 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Brasília: 2014.
- _____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Estabelece a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade*, Brasília: 2018.
- _____. *Marco Legal da Primeira Infância*. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso outubro, 2022.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso outubro, 2022.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina. *A sociologia da infância: possibilidade (s) de voz e ação da criança e sua (s) infância (s)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022.

CRIANÇA E NATUREZA. *Histórias sobre aprender e ensinar com e na natureza*. Brasil, 2020.

Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/01/historias-sobre-prender.pdf>. Acesso em abril, 2023.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As Cem Linguagens da Criança*. A abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre. Editora Artmed. 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1987. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>. Acesso Abril, 2023.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>. Acesso Abril, 2023.

IBGE. *Conheça o Brasil – População rural e urbana*, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso, abril 2023.

INSTITUTO ALANA. *Desemparedamento da infância: A escola como lugar de encontro com a natureza*. 2º. ed. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf. Acesso novembro, 2022.

NCPI. Núcleo Ciência pela Infância. *O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem*. Brasil, 2014. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso novembro, 2022.

RIZZO, Gilda. *Educação Pré-escolar*. 6ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1989. 343 p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Manual de Orientação*. Departamento de Adolescência: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital, 2016. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: novembro, 2022.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da cidade: Educação Infantil*. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/51927.pdf> Acesso Março, 2023.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Indicadores de qualidade da Educação Infantil Paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2015. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Indicadores-de-qualidade-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-Paulistana-2.pdf>. Acesso Abril, 2023.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Currículo integrador da infância paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2015. Disponível em: <https://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/24900.pdf>. Acesso Março, 2022.

_____. *Magistério* / Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo: SME / DOT, 2015. 1. Educação infantil 2. Educação - História I. Diretoria de Orientação Técnica – Currículo, Avaliação e Formação. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Rev-Magisterio-80-anos.pdf>. Acesso Abril, 2023.

SARAIVA, Alexia. *População mundial será 68% urbana até 2050*. Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050#:~:text=No%20ritmo%20atual%2C%20a%20estimativa,crescer%20para%2068%25%20at%C3%A9%202050>. Acesso maio, 2023.

SILVA, André Luis Silva da. *Teoria de Aprendizagem de Vygotsky*. InfoEscola, 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-vygotsky/>. Acesso em: novembro, 2022.

TEIXEIRA, Anísio. *A pedagogia de Dewey*. Esboço da teoria de educação de John Dewey. A Criança e o Programa Escolar" e "Interesse e Esforço". Tradução Anísio Teixeira. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VYGOTSKY, L.V. *A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança*. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://atividart.files.wordpress.com/2016/05/a-brincadeira-e-seu-papel-no-desenvolvimento-psiquico--da-crianc3a7a.pdf>. Acesso Abril, 2023.

WESTBROOK, R. *John Dewey*. Tradução: Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues, São Paulo, Editora Massagana, 2010.